



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

FLAVIANE PATRÍCIO DA SILVA DE SOUZA

O INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (2013-2014)

**Porto Nacional/TO
2019**

FLAVIANE PATRÍCIO DA SILVA DE SOUZA

O INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (2013-2014)

Artigo apresentado à UFT –Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de História foi avaliado para a obtenção do título de Graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Banca Orientador: Dr. Radamés Vieira Nunes
Banca Examinadora: Dra. Benvinda Barros Dourado e
Dra. Êça Pereira da Silva

Porto Nacional/TO

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- P314i Patricio da Silva de Souza, Flaviane .
O INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA (2013-2014). /
Flaviane Patricio da Silva de Souza. – Porto Nacional, TO, 2019.
40 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Porto Nacional - Curso de História, 2019.
Orientador: Radamés Vieira Nunes
1. História Indígena. 2. História do Brasil Colonial. 3. História das Américas. 4. Legislação do livro didático de História. I. Título

CDD 901

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FLAVIANE PATRÍCIO DA SILVA DE SOUZA

O INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO (2013-2014)

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de História foi avaliado para a obtenção do título de Graduação e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação 02/12/2019

Banca examinadora:

Benvinda Barros Dourado

Prof. Dr. Radamés Vieira Nunes, Orientador, UFT

Êça Pereira da Silva

Prof.(a) Dr.(a) Êça Pereira da Silva, Examinadora, UFT

Benvinda Barros Dourado

Prof.(a) Dr.(a) Benvinda Barros Dourado, Examinadora, UFT

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Radamés Vieira Nunes, pela orientação e incentivos nesse trabalho.

Ao Instituto de Pesquisa e Extensão Comunicação, Linguagem e Sociedade (Iplex-Clis), na pessoa do seu Diretor Prof. Dr. George França dos Santos

Ao Prof.^a Dra. Letícia Santos Ferreira, que prestou valiosas informações para a realização deste trabalho.

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades e por permitir que tudo isso acontecesse em minha vida, e não somente nesses anos como acadêmica, mas em todo os outros momentos foi, o meu maior mestre. E a todas as pessoas que participaram direta e indiretamente da minha formação. Em especial quero agradecer a minha mãe, Maria Abadia de Souza Mathias, que sempre acreditou em mim e que é a pessoa que mais me incentivou e incentiva na busca de conhecimento e crescimento profissional e não posso deixar de dizer que se consegui finalizar esse trabalho foi pelo seu apoio incondicional. Também quero agradecer a minha amiga, Lorivan Luz Viana, que me deu forças nas últimas semanas e me motivou a terminar a escrita desse artigo.

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo apresentar como os indígenas são abordados, a partir da lei nº 11.645/08, em três livros didáticos do ensino médio aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático- PNLD de 2014, analisando a parte escrita e as imagens. Nessa análise buscaremos compreender como os povos indígenas são representados na narrativa histórica em torno do processo de colonização e no período anterior a chegada do europeu em terras do que viria a ser o Brasil, observando principalmente os aspectos culturais, suas lutas, resistências e história.

Palavras-chaves: indígenas, lei 11645/08, livro didático, ensino de história.

ABSTRACT

This work aims to present how indigenous people are approached, from law No. 11,645/08, in three high school textbooks approved by the National Plan of the Textbook - PNLD 2014, analyzing the written part and the images. In this analysis we will seek to understand how indigenous peoples are represented in the historical narrative around the colonization process and in the period before the arrival of Europeans in lands of what would become Brazil, observing mainly the cultural aspects, their struggles, resistances and history.

Keywords: indigenous, law 11645/08, textbook, history teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Primeira Missa no Brasil	24
Figura 2 -Nativos cortando e embarcando o pau-brasil.....	25
Figura 3- Árvores e indígenas	26
Figura 4 - Indígenas na guerra da Guanabara.....	27
Figura 5 – Dança Tapuia	30

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	O INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO (2013- 2014)	11
	2.1 Livros Didáticos.....	17
	2.2 Análise dos livros didáticos	21
	2.3 Os volumes dos livros didáticos que trazem a representação do indígena.....	22
3	CONCLUSÃO	38
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscará identificar a forma como as populações nativas do Brasil são abordadas e representadas em três coleções didáticas do ensino médio, “História”, “História em Movimento” e “História Geral e do Brasil”. Nossa análise privilegiará os capítulos referentes ao período colonial, fazendo referência também ao período anterior à chegada dos portugueses quando as fontes selecionadas assim permitirem.

Tal abordagem justifica-se em primeiro lugar pela Lei 11. 645 de 10 de março de 2008. O referido ato normativo define que o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena deve ser obrigatório na Educação Básica. Cabe destacar que a legislação sinaliza para a necessidade de abordar a luta dos povos indígenas e a contribuição cultural na formação da sociedade brasileira, resgatando a colaboração nas áreas social, econômica e política da História do Brasil. (BRASIL, 2008)

Existem alguns trabalhos que procuram destacar a importância de o livro didático tratar sobre a questão indígena, como por exemplo, os trabalhos de Silva, de Cavalheiro e Reis, Barbosa e Rodrigues, entre outros. O levantamento preliminar não identificou uma obra que contemple uma análise dos livros didáticos para o ensino médio aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático de 2014. Igualmente, não encontramos trabalhos específicos sobre o tratamento dado pelos livros didáticos ao papel do indígena no período colonial.

O interesse pelo período colonial deve-se ao fortalecimento de novas linhas de pesquisa sobre os povos indígenas. Como evidencia João Pacheco de Oliveira as recentes pesquisas sobre as populações nativas da América revelam um quadro muito diverso e complexo das relações e atuação dos índios durante a colonização da América Portuguesa. Os trabalhos cada vez mais particularizam os grupos étnicos, os indivíduos no tempo e no espaço, fugindo a visão monolítica e inserindo, por definitivo, os ameríndios na História (OLIVEIRA, 2014, p. 169). Neste sentido, buscaremos identificar de que maneira esse conhecimento acadêmico tem sido transposto para os livros didáticos.

Esse trabalho se atenta em observar como os povos nativos são apresentados e pretende identificar a partir da lei nº 11.645/2008, se a cultura, a luta e a história dos indígenas são questões analisadas no material didático. A partir dessa perspectiva buscamos identificar se esse

grupo da sociedade brasileira é elencado segundo o ato normativo acima citado, apresentando os elementos necessários para propiciar uma abordagem em conformidade com a orientação legal, ou se são apresentados apenas como folclore, ou de maneira insuficiente que inviabiliza um trato que valorize o valor e a diversidade dos nativos dessa terra.

2 O INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO (2013- 2014)

Para iniciar essa investigação histórica é necessário refletir sobre a própria natureza do livro didático. Segundo Bittencourt, o livro didático é responsável pela sistematização dos conteúdos definidos pelas propostas curriculares, é também uma das alternativas de transposição do saber acadêmico para o saber escolar. O material didático, inevitavelmente, carrega consigo valores, ideias e perspectivas. Por isso deve ser compreendido a partir de diferentes sujeitos que estão envolvidos não apenas na sua concepção, mas também no próprio processo de fabricação e de consumo. (BITTENCOURT, 2009, p. 72)

Nesse sentido, o livro didático de história, como uma ferramenta que organiza parte do debate acadêmico adaptado para a realidade escolar, expressa para além das linguagens e conteúdo que o constituem, relações de poder, embate de perspectivas teóricas, tensões do campo disciplinar, jogo político, dinâmica do mercado editorial, entre outros aspectos da realidade de seu tempo de produção.

Zamboni discute como as representações das diferentes linguagens, tanto a escrita textual quanto a imagética, têm sido usadas na construção do conhecimento histórico em sala de aula. Ela destaca que a fotografia, enquanto documento, representa uma realidade específica num dado momento da história.

“ fotógrafo é um sujeito que conhece o tema que está sendo registrado, uma pessoa que tem um olhar direcionado e cheio de significados e significantes. (...) a fotografia não é apenas uma ilustração, é um documento direcionado. Cada fotografia tem um significado e gera significantes, cada pessoa que olha uma fotografia ou um desenho, passa a lê-los com um determinado olhar e busca nestas representações uma mensagem”. (ZAMBONI, 1998, p. 3)

Nessa perspectiva, os manuais escolares enquanto condutores do conhecimento acadêmico são matéria prima para nosso trabalho, pois o objetivo é abordar a representação dos indígenas lá contidas. Outros autores já escreveram sobre tema similar e observaram a forma genérica como esse grupo social é tratado no livro escolar. Uma das observações destacadas é o fato de que as populações indígenas “são reduzidas genericamente a categoria de índios/as, como se todas as etnias fossem iguais e partilhassem da mesma cultura”. Dessa forma, fica evidente a falta de atenção às diferentes culturas dos povos indígenas no Brasil. (SILVA, 2014 p. 2).

Outro apontamento feito, por autores sobre as obras escolares no que diz respeito ao índio na História do Brasil, é que o nativo não se apresenta de forma contínua nos períodos da história do país, pois são elencados apenas como personagens da colonização brasileira. Como se eles não estivessem presentes com participação ativa e significativa ao longo da história do país pós período colonial. Segundo Cavalheiro, “É preciso que as populações indígenas sejam referenciadas em outros momentos da história, uma vez que participam efetivamente da história atual do país”. (CAVALHEIRO,2012, p.11).

O etnocentrismo é outro aspecto destacado nas obras didáticas pelos autores. No que se refere ao encontro colonial, os nativos são tratados a partir da perspectiva do homem branco. Há um foco exagerado na “valorização do branco ao falar dos primeiros habitantes do Brasil”. (REIS, BARBOSA, RODRIGUES, 2012, p.9)

Segundo Ronaldo Vainfas, no *Dicionário do Brasil Colonial (1500- 1808)*, a palavra índio era usada para os habitantes da América por Colombo em 1492, pois acreditava que tinha chegado às Índias. Na colônia brasileira, o termo índio era usado para se referir a todas as etnias, populações e culturas nativas. Outra palavra também utilizada pelos portugueses para mencionar o índio era chamá-lo de “gentio”, associando-o ao mundo cristão, conforme a visão europeia (VAINFAS, 2000, p. 304). A partir das críticas esboçadas acima, percebe-se que de alguma maneira as obras escolares não avançaram muito no sentido de transpor uma perspectiva sobre os indígenas construída ainda na colônia. Em outras palavras, o material didático apresentado pelas críticas supracitadas, não conseguiu acompanhar e traduzir as contribuições da historiografia acerca do debate.

No que tange as especificidades, diferenças e singularidades dos povos indígenas, eles são designados pelo imaginário popular como uma cultura estática, homogênea e fixa. Porém, são um grupo heterogêneo, bem diversificado com mais de 240 etnias, com cosmologias próprias e mais de 18 línguas indígenas e em constante processo de transformação. Conforme Bergamaschi, os indígenas são “sociedades com uma dinâmica cultural que as transforma, mas que também mantem uma continuidade desde os períodos anteriores a ocupação europeia na América”. (BERGAMASCHI, p.152)

Na história do Brasil, geralmente escrita sob a perspectiva europeia e com traços anacrônicos, raramente aparecem contribuições significativas dos indígenas com relação à formação da nação brasileira. Ao observar a História, pouco ou nenhuma referência é feita às características culturais mais específicas, além disso são tratados de forma genérica, como se não houvesse no período da chegada do europeu na América uma população extensa e diversificada.

Sobre o anacronismo na forma de tratar as experiências históricas do século XVI, Oliveira afirma que

“[...]o problema não é tanto a inexistência de informações, mas sim o modo superficial e quase anedótico com que foram tratadas as populações autóctones, atribuindo-lhes (naquela época) características que são de hoje ou incorporando estereótipos que não eram contemporâneos aos fatos descritos e que provem de contextos históricos posteriores”. (OLIVEIRA, 2014, p. 169)

Nessa perspectiva, parcial e etnocêntrica, a historiografia tratou durante algum tempo o indígena conforme o olhar do não índio, com a observação dos seus costumes e crenças lidas pelo viés do exótico, seguindo fontes e leituras de documentos do período colonial, apenas reproduzindo a perspectiva dessas linguagens. Porém uma nova abordagem sobre esse grupo começou a aparecer, a partir da releitura das fontes do século XVI, e assim,

“(...) de personagens secundários apresentados como vítimas passivas de um processo violento no qual não havia possibilidades de ação, os povos indígenas em diferentes tempos e espaços começaram a aparecer como

agentes sociais cujas ações também são consideradas importantes para explicar os processos históricos por eles vividos”. (ALMEIDA, 2010, p. 9 e 10)

Os indígenas são analisados sob um novo olhar, a historiografia brasileira tem se debruçado para tratar esse grupo como parte integrante da História do Brasil e da América, considerando-os como participantes da colonização e da formação da sociedade brasileira, evidenciando seu protagonismo, nas palavras de Almeida

“(…) aparecem como sujeitos ativos nos processos de colonização, agindo de formas variadas e movidos por interesses próprios. A violência da conquista e da colonização não os impediu de agir, mobilizando as possibilidades a seu alcance para atingir seus interesses que se transformavam com as novas situações vivenciadas” (ALMEIDA, 2010, p.10)

Para Oliveira, os habitantes do Brasil do século XVI, “viviam configurações socioculturais bem diferenciadas e estabeleceram vínculos distintos com o processo de colonização, no qual foram peças essenciais”. Dessa forma, as populações estabeleciam relações sociais e culturais variadas, com conflitos e parcerias com os colonizadores, observando sua participação efetiva na colonização.¹ (OLIVEIRA, 2014, p. 177)

De acordo com Frazão e Ralejo (2012, p. 3), a historiografia no Brasil por muito tempo privilegiou a história narrada pelos europeus e contada a partir deles, sendo assim a história antes da chegada dos europeus na Ásia, África e América, era praticamente ignorada no ensino de história, como se esses povos não tivessem história antes desse encontro. A narrativa que se refere ao índio sob olhar eurocêntrico e anacrônico, desvalorizando sua imagem e tratando-o de forma equivocada, tem sido já algum tempo combatida e abandonada pelos historiadores e pela

¹ No que se referem ao trabalho compulsório indígena, por exemplo, as leis da época permitiam a existência de três formas de aquisição de mão de obra, através de resgates, de cativos e de descimentos. Por resgates o índio poderia ser comercializado por meio de trocas de mercadorias, nativo prisioneiro de outros indígenas poderiam ser resgatado pelos moradores. Cativos era outra forma de possuir índios, que eram presos numa “guerra justa” e que poderiam a partir disso ser escravizados por outros grupos de autóctones. E por último os descimentos que eram a prática de mudar ou descer os autóctones para próximo dos lugares que estavam os europeus. (ALENCASTRO, 2000, p. 119)

historiografia de forma geral. E a participação deles como guerreiros e agentes de sua própria história têm sido analisadas e abordadas dentro da História do Brasil.

Nos seus estudos a autora Bittencourt, critica alguns livros didáticos que analisam a História a partir da perspectiva unilateral, sem analisar outras narrativas históricas. E afirma que nesses materiais “(...) a História do Brasil tem sido ensinada visando construir a ideia de um passado único e homogêneo, sem atentar para os diferentes setores sociais e étnicos que compõem a sociedade brasileira”. Entende que o povo brasileiro é chamado de homogêneo e com um passado único, devido a ideia de “democracia racial”. Essa perspectiva foi amplamente utilizada pelos estudiosos no passado (BITTENCOURT, 2010, p. 198 e 199).

Para Oliveira “equivocam-se igualmente as perspectivas dualistas que colocam os indígenas de uma vez para sempre diante do dilema de submeter-se ou resistir, de aceitar a aculturação ou de serem exterminados”. Os autóctones foram catequizados, usados como mão de obra de forma compulsória, mas não deixaram de se mobilizar em ações militares, em movimentos religiosos e político, e apesar de serem explorados e submetidos à escravidão não deixaram de se manifestar contra o sistema. (OLIVEIRA, 2014, p. 196) A questão que nos colocamos é se essa mudança de abordagem e perspectiva que se configurou na história, como campo disciplinar, se faz presente nos livros didáticos e de que maneira isso ocorre.

Fonseca destaca a importância do livro didático, e define ele sendo o meio de conhecimento sistematizado e como uma fonte de estudo essencial no processo de ensino, além de ser um elemento veiculador de conhecimento. Diante de tamanha relevância e valor do material didático enquanto propagador do conhecimento, consideramos que ele ajuda na formação intelectual e social das pessoas que tem acesso a ele.

Concordamos com Fonseca, quando afirma que “o livro didático de história, em sintonia com os currículos, tornou-se o canal privilegiado para a difusão de determinados saberes históricos”. Todavia cabe ressaltar que o conhecimento histórico articulado nesse tipo de material passa por seleção e simplificação. Em outras palavras, o livro didático não consegue abordar todos os conteúdos da história, alguns recortes e visões são privilegiados e outros são esquecidos e ou ignorados. Os historiadores, na construção de um livro didático, podem excluir temas ou dar ênfase para algo outrora esquecido, há certo poder nesse ato de elaboração. Nesse exercício de seleção deve-se observar que os diferentes temas escolhidos são simplificados numa narrativa própria do gênero e adequada ao público alvo. (FONSECA, 2006, p. 52)

Diante das narrativas da historiografia, adequadas para o livro didático, que podem excluir ou não as temáticas indígenas e sua participação e contribuição na formação da população brasileira, a lei 11.645 de 10 de março de 2008 traz a inclusão obrigatória da história dos afrodescendentes e dos indígenas, na disciplina de História, no ensino fundamental e médio. Essa lei promove uma movimentação e transformação não apenas na educação básica, mas na própria pesquisa histórica e nos cursos de história em geral, que precisam oferecer elementos que viabilize a necessidade ratificada em lei, nesse sentido a própria estrutura curricular dos cursos sofrem modificação, com disciplinas voltadas para o estudo da história dos povos indígenas e da história da África. Não se pode negar que a lei também é resultado do avanço dos debates no campo das ciências humanas.

A lei 11.645 de 10 de março de 2008 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- LDB, que foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, e norteia a educação nacional. A LDB já tinha sido modificada a lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que trata sobre a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica e instituiu a data 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”. Em 2008 essa legislação veio para acrescentar o estudo sobre as populações nativas do Brasil, no que se refere a sua história, cultura e luta, além da participação desses dois povos na construção do país, nos currículos escolares. (BRASIL, 2008)

Apesar de ter um dia no calendário brasileiro dedicado para a consciência negra e outro dia no mês de abril chamado “dia do índio”, essa lei se faz necessária para reforçar a contribuição desses dois grupos sociais na formação da nação e para não serem levados ao esquecimento nos currículos escolares ou só serem lembrados nas respectivas datas comemorativas.

Existe uma legislação anterior a lei nº 11.645/08, que é a lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e bases da Educação Brasileira – LDBEN, que também discorre sobre a importância do estudo do nativo. Em seu texto diz que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e européia”. (BRASIL, 1996, Art. 26, § 4º)

Bergamaschi questiona o porquê de existir a lei 11.645 que obriga o estudo dos índios, que os considera como outros, mas “até que ponto e em que medida os povos indígenas são outros em relação a nós?” Tais indagações são feitas pela estudiosa no sentido de mostrar que

essa lei contribui para que os alunos que estudam nas escolas, não indígenas, tenham a oportunidade de estudar sua própria história e a história da sua ancestralidade. Ainda é ressaltado que no Brasil prevalece o desconhecimento dos povos nativos, reduzindo geralmente a sua existência na região da Amazônia. (BERGAMASCHI, p.152)

Apesar da existência da Lei 11.645 de 8 de março de 2008, tratando da obrigatoriedade do estudo da população indígena no Brasil, ainda há lacunas. Pouco espaço e atenção é dado a esse grupo nas instituições escolares. E a continuação de visões preconceituosas e deturbadas em relação a cultura dos nativos são perpetuadas no imaginário da população brasileira.

Além do mais, o ensino de História na escola a partir da ideia de civilização, elege em seu currículo a História da Grécia Antiga como o único berço da ancestralidade e da civilização, e com isso “(...) conhecimentos e os valores que dizem respeito á ancestralidade africana e á indígena ficaram relegados, apagados, entulhados, pois contradizem a ideia de civilidade que a escola ensina”. (BERGAMASCHI, p.158)

Diante dessas considerações é que passamos a tratar, de forma mais específica, os livros didáticos que selecionamos para essa reflexão histórica.

2.1 Livros Didáticos

A lei 11.645, interessa para esse trabalho justamente por tratar da obrigação do estudo dos indígenas e da sua cultura no ensino médio. E aqui será observado como as populações autóctones são abordados em três coleções didáticas voltadas para essa modalidade de ensino, lembrando que suas publicações foram depois da lei nº11.645 de dez de março de 2008 e todos os manuais foram aprovados pelo Plano Nacional do Livro Didático - PNLD de 2014.

Trata-se dos seguintes livros: *História Geral e do Brasil*, de Vicentino e Dorigo; *História*, de Jorge Vainfas, Sheila de Castro faria, Jorge Ferreira e Georgina dos Santos, e *História em Movimento*, de Gislane Azevedo e Reinaldo Seriacopi. Depois de leitura, análise e avaliação dos livros didáticos, selecionamos apenas os volumes que retratam os indígenas durante o período colonial brasileiro e o período anterior a chegada dos europeus à América.

Os materiais que abordam essa temática são: *História Geral e do Brasil*, volume 1 e 2; *História* volumes 1 e 2, e *História Movimento*, volume 1 e 2.

A lei 11645 de dez de março de 2008 como foi vista anteriormente, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, trazendo a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, no ensino fundamental e médio das escolas públicas e privadas. Essa lei é relevante nesse trabalho por destacar a importância do estudo da luta dos povos indígenas e a contribuição cultural na formação da sociedade brasileira, resgatando a colaboração nas áreas social, econômica e política da História do Brasil. (BRASIL, 2008)

O Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, no qual os livros citados foram aceitos é um programa de política educacional que promove a “avaliação de dezenas de coleções, adquirindo e distribuindo centenas de milhões de exemplares em todos os estados brasileiros”. Esse programa foi criado na década de 80 e ampliou suas ações ao Ensino Médio em 2007, com o papel de avaliar e disponibilizar livros didáticos às unidades escolares de educação básica. (BRASIL, 2014, p. 9)

Em 18 de julho de 2017, com o Decreto nº 9.099, que aumentou a atuação do PNLD, suas ações de compra e distribuição de coleções didáticas e as ações do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) foram agregadas, com esse decreto, e esses projeto do governo federal passou a ter outra nomenclatura, Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD. Com isso, foi ampliado o leque de compra de materiais, hoje, não só obras didáticas e literárias podem ser adquiridas, mas também objetos de apoio à educação, como: livros pedagógicos, produtos de tecnologia, jogos educacionais.² (BRASIL, 2017)

Para que os professores possam escolher os livros didáticos, é necessário que conheçam o Guia do PNLD. Esse Guia é um documento que apresenta os livros que poderão ser trabalhados no ano subsequente, nas escolas, trazendo resenhas, informações e textos sobre cada uma das obras aprovadas no Programa Nacional do Livro Didático. E cada disciplina escolar possui um Guia para orientar os mestres na escolha da obra didática. Tal escolha acontece em um ano e o material didático passa a ser utilizado nos anos posteriores.

² Informações disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/318-programas-e-aco-es-1921564125/pnld-439702797/12391-pnld>

Fonseca destaca que em 1994, houve avanço na política educacional, com o surgimento do guia para orientar e classificar as coleções conforme a avaliação de especialistas. Assim, esse material é de profunda importância para instruir os docentes sobre os materiais didáticos aprovados pela equipe do PNLD. (FONSECA, 2006, p. 55)

As obras didáticas de História do Ensino Médio são avaliadas frequentemente e de modo ordenado pelos professores e pela equipe de profissionais do PNLD. Os docentes que trabalham nas escolas os avaliam durante a escolha, o planejamento das aulas e a utilização com os alunos, e a equipe do PNLD analisam a obra didática através de um grupo de professores de História com experiência no Ensino Médio, Técnico e Superior, além disso, desenvolvem pesquisas sobre História, seu ensino e novas tecnologias. (BRASIL, 2014, p.10)

A avaliação por parte do PNLD obedece a critérios produzidos pela Comissão Técnica que assessora o Ministério da Educação e por técnicos da Secretaria de Educação Básica - SEB e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Tais critérios são de duas formas: os comuns a todas as áreas do conhecimento e os específicos de cada componente curricular. Vale lembrar que os critérios comuns consideram os princípios da Constituição Brasileira de 1998, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, e as Orientações Curriculares para o Ensino Médio - OCEM, 2006. (BRASIL, 2014, p.10,11)

Segundo a Constituição Brasileira de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado. Em relação a responsabilidade do Estado com a educação, o Artigo 208 relata que o Ensino médio deve ser gratuito e o “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”, se faz necessário. A partir disso, é resguardado ao aluno das escolas públicas livros didáticos e educação de graça também no Ensino Médio. (BRASIL, 1988, p. 63)

Ainda sobre os critérios da avaliação dos livros didáticos promovidos pelo PNLD, dentro dos critérios específicos do componente curricular de História é importante ressaltar que o material submetido a avaliação tem que conter abordagens detalhadas sobre a História da África, história e cultura dos afrodescendentes e dos povos indígenas e tem que conduzir os alunos para a historicidade das experiências sociais, explorando conceitos, habilidades e atitudes, com intuito da construção da cidadania, conforme o Guia do Livro Didático 2014. (BRASIL, 2014, p.12)

Os autores da obra didática *História Geral e do Brasil* são bacharéis e licenciados pela Universidade de São Paulo, Cláudio Vicentino em Ciências Sociais e Gianpaolo Dorigo em História. Dorigo além de licenciado é mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Os dois são professores em cursos de pré-vestibular e de Ensino Médio, além de serem autores de obras didáticas. (VICENTINO, DORIGO, 2014, p. 1)

O material didático *História* tem quatro autores, sendo todos professores do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Ronaldo Vainfas, é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo; Sheila de Castro Faria, doutora em História pela mesma instituição que trabalha, a saber, Universidade Federal Fluminense; Jorge Ferreira e Georgina dos Santos são doutores em História Social pela Universidade de São Paulo. Vale ressaltar que esses escritores são todos doutores e docentes da UFF - Universidade Federal Fluminense. (VAINFAS, et al, 2013, p. 1)

O livro didático *História em Movimento*, foi produzido em 2013 pela Gislane Azevedo, mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professora universitária, pesquisadora e ex-professora de História dos Ensinos Fundamentais e médios nas redes privada e pública, e pelo Reinaldo Seriacopi, que é Bacharel em Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, formado em jornalismo pelo Instituto Metodista de Ensino Superior (IMS-SP), e editor especializado na área de História. Os dois escritores são coautores da coleção Teláris da Editora Ática. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014 p.1)

As Editoras Ática e Scipione responsáveis pela edição dos livros *História em Movimento* e *História Geral e do Brasil*, destacam-se no mercado de livros didáticos e paradidáticos e de produtos educacionais pela tradição e pelo pioneirismo. A editora Ática foi criada em 1965, pelos irmãos Anderson Fernandes Dias e Vasco Fernandes Dias Filho e por Antonio Navares Filho. A editora Scipione foi fundada na década de 80, pelo professor Scipione Di Piero Netto. Em 2015 as editoras passaram a fazer parte do grupo SOMOS Educação, grupo educacional com várias editoras.³

Já o livro *História* foi publicado pela Editora Saraiva, no ano de 2013. Essa editora é conhecida desde 1917, quando foi criada por Joaquim Ignácio da Fonseca Saraiva. Nesse

³ Disponível em: <https://www.aticascipione.com.br/quem-somos/>

período o foco da editora eram livros jurídicos, só em 1970 que iniciou o trabalho com materiais didáticos e paradidáticos. Hoje em dia a editora afirma que se destaca pelo perfil inovador, com livros voltados para todas as idades e integra o portfólio de editoras da SOMOS Educação.⁴

2.2 Análise dos livros didáticos

A coleção *História em Movimento* apresenta três volumes. O volume 1 tem o título “*Dos primeiros humanos ao Estado Moderno*” trata desde África, como berço da humanidade até o absolutismo monárquico; o volume 2 intitulado “*O mundo moderno e a sociedade contemporânea*” inicia falando das civilizações americanas por volta de 1800 anos a.C. até a proclamação da República Brasileira no século XIX; e o volume 3 com nome “*Do século XIX aos dias de hoje*”, que retrata as transformações artísticas, econômicas e políticas do final do século XIX e início do século XX.

Os capítulos dessa coleção seguem o tempo cronológico linear, relatando a História Global contada a partir do olhar do europeu, também a História das Américas, Ásia e África. Os nomes dos volumes 1, 2 e 3 e faz jus ao conteúdo exposto nos livros e ao nome da coleção, no sentido que a História não é fixa e nem dada, que através da análise de documentos podemos estudar nossa história. A utilização de imagens, mapas e documentos são presentes nos livros.

O livro *História Geral e do Brasil* igualmente é composto por três volumes, respectivamente referente aos 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio e é dividido em unidades. Na obra didática do 1º ano os autores relatam sobre os primeiros agrupamentos humanos até as origens dos Estados modernos. No 2º ano o enfoque é da Expansão Europeia, a partir de 1500, passando pela Diáspora Africana até o Segundo Reinado no Brasil; no 3º ano os estudos se debruçam sobre o final do século XIX e começo do século XX, com a história da República brasileira e termina com o mundo pós-guerra e o início do século XX no Brasil.

Lembrando que essa coleção perpassa por toda a História do mundo e como continuidade retrata a História do Brasil, como já nos diz o nome do livro “História Geral e do

⁴ Disponível em: <https://educacaobasica.editorasaraiva.com.br/quem-somos/>

Brasil”. Os capítulos 1,4, 6, 8, 11 e 13 do volume 3 são voltados para a História do Brasil, em épocas diferentes, porém o período colonial brasileiro não é abordado nesse volume.

A coleção *História* é dividida em três volumes, referentes as três séries do Ensino Médio. O primeiro volume com título “*Das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas*” se dedica a escrever a História antes da escrita até a África no período do tráfico atlântico. No segundo volume com nome “*O longo século XIX*”, os autores narram dos Séculos das Luzes ao período da Belle Époque, passando também pela independência das Américas. E no terceiro volume intitulado “*O mundo por um fio: do século XX ao XXI*” é estudado as revoluções e guerras do início do século XIX até a globalização e a nova ordem mundial, não se esquecendo dos conflitos em países árabes.

A obra didática *História* se preocupa em mostrar a importância de se estudar a História para entender o presente, o passado e as mudanças ocorridas, sem julgar com os valores atuais. Na apresentação do livro os autores falam que “a História pode ajudar, sim, a compreender melhor o presente, a avaliar criticamente a sociedade e o mundo na qual a cidade, a região e o país em que vivemos estão inseridos”. Assim, o conhecimento histórico vem para ajudar as pessoas a pensarem criticamente o ontem e o hoje. (VAINFAS, et al, 2013, p. 3)

2.3 Os volumes dos livros didáticos que trazem a representação do indígena

O volume 1 da coleção *História* é dividido em unidades, e a primeira unidade intitulada “A História antes da escrita”, no capítulo 2 por nome “A ocupação da América” retrata os primeiros habitantes do continente como caçadores e coletores, fazendo menção as descobertas arqueológicas, além disso o livro afirma que a população nativa que vivia no continente antes da chegada dos europeus, no século XV era grande. Também destaca que os povos que habitavam o continente viviam de formas variadas, que poderiam viver com a utilização da agricultura, da caça, da pesca, da coleta, e que alguns grupos eram nômades, o modo de vida variava conforme a região e de acordo com cada população. (VAINFAS, et al, 2013, p. 22, 23)

O capítulo 12 dessa mesma coleção tem o nome “Américas conquistadas”, e o nativo é abordado a partir da chegada de Colombo na América. E o índio ganha espaço nesse capítulo, pois, a América foi dividida entre os portugueses e espanhóis tornando o indígena fundamental

enquanto mão de obra, “ quem trabalhava no corte e no carregamento das pesadas toras de madeira eram os nativos que, naquele tempo, mantinham relações pacíficas com os colonizadores” e em troca ganhavam objetos vindos da Europa. (VAINFAS, et al, 2013, p. 161)

Esse capítulo também ressalta a diversidade das populações nativas, com centenas de línguas, com formas variadas de organização social, de religião e com cultura material diferente, mostrando que

“ O continente descoberto pelos europeus abrigava populações muito diversas, que tinham ao menos quatro troncos linguísticos[...] viviam em aldeias compostas de cerca de sete ou oito malocas, feitas de palha, talos de madeira e folhas de palmeiras. Cada maloca abrigava entre 20 e 100 famílias. [...] A família era composta do chefe, de suas esposas e filhos, parentes e até cativos de guerra” (VAINFAS, et al, 2013, p. 161)

Também nesse livro é retratado que os colonizadores não entendiam o modo de vida dos nativos, e criticavam eles pela forma como falavam, “ os portugueses[...] diziam, com frequência, que os nativos não sabiam pronunciar as letras F, L e R, porque não tinham fé, lei e rei”. Dessa forma, é demonstrado no livro como os nativos eram tratados no período colonial, sem respeitar sua cultura e seu modo de vida. (VAINFAS, et al, 2013, p. 162)

Na coleção *História*, no capítulo 18 “A colonização na América portuguesa” é iniciada com um quadro de Victor Meirelles (c. 1860), com informações de que foi criado para mostrar a primeira missa celebrada no Brasil em 26 de abril de 1500. É destacado que a cruz da imagem simbolizava o cristianismo que foi imposto aos indígenas e que a madeira, pau-brasil, valia muito dinheiro no mercado europeu, pois isso o interesse dos portugueses pela nova terra descoberta, de cuja madeira recebeu o nome. (VAINFAS, et al, 2013 p. 248)

Figura 1- Primeira Missa no Brasil



Dessa forma podemos observar que a representação visual e o texto se completam. As duas fontes trazem diversas características de um mesmo objeto analisado. Assim, a “imagem visual se realiza no espaço e fornece de imediato a totalidade de coisas, pessoas, eventos e suas relações; já a fonte verbal se realiza no tempo, acumulando unidades de informação em sequência, podendo explorar com mais eficácia relações temporais.” Apesar de terem significações diferentes a complementariedade delas é benéfica. (MENESES, 2012, p. 253)

Nesse capítulo os autores destacam novamente o trabalho dos índios, com o pau-brasil, em troca de mercadorias europeias, “[...] a exemplo de tesouras e facas, que eram rapidamente aproveitadas em seus trabalhos”. Dessa forma fica claro que o nativo é mostrado no livro a partir da exploração do pau-brasil, e apenas como mão de obra. No que se refere a escravidão indígena o livro didático traz uma xilogravura do livro de André Thevet (c. 1555), ilustrando o nativo trabalhando e a imagem serviu para dar impressões mais reais em complementação aos registros escritos. (VAINFAS, et al, 2013 p. 249)

Figura 2 -Nativos cortando e embarcando o pau-brasil.



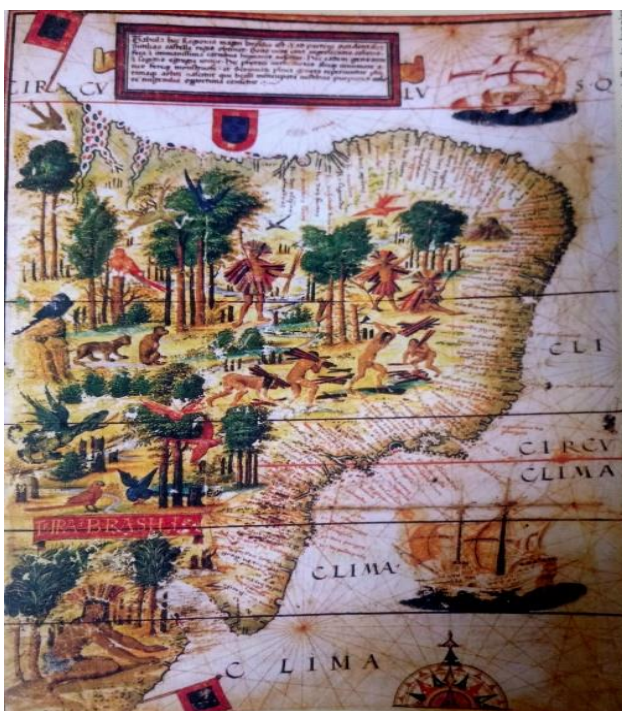
Sobre o trabalho realizado pelos índios, identificado no livro pelo termo pelo termo “escravidão indígena”, foi dedicada a página 251 para debate sobre o tema. Nessa passagem levanta-se a discussão se os grupos autóctones foram protagonistas da conquista europeia ou se foram vítimas. Tal abordagem ressalta que houve conflitos e também alianças entre os nativos e os europeus, e que o declínio da escravidão desse grupo acontece entre os séculos XVI e XVII, quando os nativos foram acometidos por epidemias. (VAINFAS, et al, 2013 p. 251)

Segundo Almeida o índio estabelecia relações de parceria e rivalidade com os europeus, e que tais relações podiam variar, “[...] na condição de colaboradores ou mesmo de vencidos, os índios buscavam seus próprios ganhos, ainda que fosse através da negociação de perdas”. Fica evidente que os indígenas não eram ingênuos e se relacionavam por interesses e causas próprias. No início da colonização se relacionavam de forma pacífica, como o escambo, mas já no período dos engenhos e cana-de-açúcar houve várias guerras. A relação entre indígenas e europeus eram modificadas frequentemente conforme os desígnios de cada um dos dois. (ALMEIDA, 2003, p. 27)

Ainda na página 251 que trata do trabalho compulsório indígena, e que tem o texto com título “ Do escambo à escravidão indígena: entre tragédias e alianças” é introduzido uma imagem do mapa “Terra Brasilis”, de Lopo Homem (1519), com uma legenda explicativa que

afirma que os portugueses tinham conhecimento da costa do Brasil e da importância da extração do pau-brasil.

Figura 3- Árvores e indígenas



Nessa parte é abordada a questão das capitanias hereditárias, dos seus regimes e dos ataques dos índios as essas capitanias, que fizeram algumas desaparecerem. O manual didático traz em um boxe a disputa pela baía de Guanabara, guerra essa entre portugueses e franceses e que teve a participação dos indígenas tanto de um lado como do outro, como demonstra a gravura de Theodore de Bry, de 1564. (VAINFAS, et al, 2013 p. 256)

Figura 4 - Indígenas na guerra da Guanabara.



Essa imagem ilustrou claramente a presença marcante dos índios nessa guerra e os autores do livro questionam se foi ao mesmo tempo uma luta colonial pela a posse da terra e um conflito indígena tradicional, ou se os nativos poderiam ter sido forçados pelos europeus a participar do confronto. Dessa maneira, a imagem tem sido usada como fonte histórica, destacando que essa representação visual usada no manual é a mesma que historiadores usam para narrar a História.

Diante da análise do volume 1 da coleção *História*, podemos observar que existem apenas dois capítulos que abordam o indígena no período que antecede a chegada do europeu ao continente americano e nos séculos de colonização portuguesa no Brasil. E vale ressaltar que as populações indígenas e negra ocupam um espaço muito pequeno no manual quando comparado com a História dos povos europeus.

Ainda analisando o livro didático “*História*”, especificamente o volume 2 destinado para o segundo ano do Ensino Médio, nota-se apenas um capítulo fala do período colonial brasileiro, mais precisamente nos séculos XVII e XVIII, capítulo 4 intitulado “O império luso-brasileiro no século XVIII”. Todavia, o indígena não é contemplado nesse capítulo, o que nos

leva ao entendimento de que o índio é esquecido e abandonado ainda na época da colonização portuguesa.

Diante dessa informação, a coleção “História” retrata o índio apenas no período da conquista, que compreende desde o período da chegada dos europeus em terras americanas até alguns anos da colonização europeia. Depois que a mão de obra indígena foi substituída pelo trabalho dos negros, o indígena perdeu espaço no livro didático e foi levado ao esquecimento profundo no final da colonização. A descoberta de ouro e as reformas de Pombal, no século XVIII, ganharam maior espaço em suas páginas, dando-se mais ênfase aos aspectos políticos ao invés dos culturais, muito embora tenha se destacado a diversidade cultural e étnica dos índios.

O livro também se preocupou em descrever a existência de vários grupos nativos culturalmente heterogêneos, com “(...) populações muito diversas, que tinham ao menos quatro troncos linguísticos, centenas de línguas nativas, diferentes formas de organização social, cultura material e religião”. (VAINFAS, et al, p.163)

Tais abordagens são diferentes das concepções presentes nos relatos de vários viajantes da época da colonização, que se dirigiam aos nativos com menosprezo, e secundarizando-os no processo colonizador da América.

O manual “*História*” está de acordo com a Lei nº 11.645 que estabelece diretrizes sobre o estudo da cultura e da História dos afrodescendentes e indígenas, pois aborda os índios como populações que viviam no continente americano mesmo antes da chegada dos europeus, cujos traços de identidade são construídos por uma complexa diversidade étnica e cultural.

No que se refere a luta dos povos indígenas que a lei também sinaliza, a obra traz destaque aos conflitos existentes entre os nativos no período colonial. Conflitos tais como a Confederação dos Tamoios e a disputa pela baía de Guanabara. Nessa última luta os indígenas estavam apoiando os europeus e em outras ocasiões, eles lutavam contra os colonizadores. Além disso, guerreavam entre si, tribo contra tribo, estimulados pelos europeus.

As relações entre os colonizados e os colonizadores não foi só tranquilidade, com trocas de mercadorias, os indígenas fizeram movimentos de luta e resistência, não aceitaram as imposições feitas a eles sem se manifestarem. A rebelião Santidade, no século XVI, foi uma

das revoltas de maior relevância e foi também de caráter religioso contra os portugueses, e demonstra que os nativos lutavam contra o sistema colonial, conforme o boxe “Outra dimensão: resistência” do livro. (VAINFAS, et al, p. 258)

Apesar do livro relatar essa revolta, “Santidade”, poderiam os autores no decorrer dos capítulos debaterem com mais enfoque ao fato de que os indígenas não aceitaram de forma passiva. Na verdade, eles sempre lutavam por benefício próprio, quer seja defendendo suas terras, quer seja não aceitando a escravidão e a catequese.

Esse material didático também explora bastante as imagens, ilustrando os nativos como fontes históricas. Essas gravuras dão maior concretude para dialogar com o conteúdo. A História dos índios aparece no material didático interligada com a História da América, e a perspectiva usada nesse material é da História Integrada, por meio da qual articula-se a História do Brasil contextualizando com a História Geral.

A obra didática “*História em Movimento*” volume 1, possui apenas dois capítulos que retratam os nativos. No terceiro capítulo do livro “Nossos mais antigos ancestrais”, é relatado sobre as várias culturas que se desenvolveram em regiões que hoje é o Brasil, no período que antecede a vinda dos europeus e para confirmar essa presença tão antiga dos nativos são apresentados vários sítios arqueológicos, como o sítio de São Raimundo Nonato, no Piauí.

Sobre as diversas populações nativas e cultura delas em várias regiões do território brasileiro o livro afirma que

“[...] os campos da região Sul do país e do estado de São Paulo foram ocupados por grupos de tradição Umbu”. [...] “Os povos da tradição Humaitá viveram na mesma região” [...] “ Pesquisas arqueológicas comprovam que a região amazônica já era habitada por povos caçadores-coletores há cerca de 12 mil anos. Por volta de 2000 a. C., alguns desses povos começaram a praticar a agricultura e a arte da cerâmica”. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 27)

No capítulo 29, “Os impérios coloniais”, os índios são mencionados uma única vez, chamados de “populações das terras conquistadas”. Nessa passagem não se menciona a sua cultura, apenas é citado superficialmente o motivo dos portugueses terem trazido os jesuítas

para a nova terra, chamada hoje de Brasil, para converter os nativos ao catolicismo. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 243)

Já no volume 2, dessa mesma coleção, o indígena é abordado em vários capítulos. O livro é dividido em unidades e na unidade 1 “Diversidade cultural” são três capítulos que abordam os nativos, capítulos 2, 4 e 5. O capítulo 2, “Pindorama e seus habitantes”, é destinado para falar exclusivamente sobre os indígenas, sua história, sua diversidade cultural, sua luta pelo reconhecimento de suas terras e as manifestações do patrimônio cultural imaterial ligadas ao nativo.

Figura 5 – Dança Tapuia



Esse quadro “Dança Tapuia”, do pintor holandês Albert Eckhout, criado por volta de 1641, que se encontra no Museu de Copenhague, na Dinamarca, é utilizado no livro, no box “Interpretando documentos” para representar a cultura dos povos nativos. Além dessa ilustração, o box traz um outro documento, que relata como o europeu observava o índio, tanto na estrutura física como nos costumes, no período da colonização. Lembrando que os documentos escritos e imagéticos foram produzidos pelos brancos e os autores sugerem uma comparação entre essas duas fontes. Aqui a representação visual e documento escrito são usados para se complementarem e darem maior solidez às informações já expressas no corpo do texto. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 25)

No capítulo 4, do livro *História em movimento*, intitulado “Portugal e sua colônia na América”, os indígenas são abordados com vários nomes, Tupi, população nativa, nativos, indígenas, povos indígenas, tupiniquim. Eles são retratados a partir da chegada dos europeus ao território que, segundo o livro, os índios chamavam-no de Pindorama, a terra que atualmente é o Brasil.

Nesse capítulo são destacados os nativos desempenhando um papel importante na economia colonial não só como mão de obra na derrubada do pau-brasil e nas lavouras nos primeiros séculos de colonização, “mas também em atividades que exigiam conhecimento e habilidades que somente os habitantes das matas detinham”. Os colonizadores dependiam dos índios para a realização dos trabalhos braçais e também por só os moradores das terras conhecerem seu território na realização de outras tarefas, e em troca os nativos recebiam mercadorias como pagamento. Dessa maneira, relações se estabeleciam entre essas duas culturas distintas, a europeia e a indígena. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 37)

A partir dessa troca comercial conhecida como escambo, os nativos trabalhando na realização de várias tarefas para os brancos e em contrapartida recebiam utensílios vindos da Europa, é que podemos observar que os nativos lutavam pelos seus interesses e que não só foram explorados, mas que também souberam tirar proveito desse contato com os colonizadores.

O capítulo 5 “O Governo-Geral” é iniciado fazendo referência a uma cidade do Estado do Amazonas, que possui um alto percentual de indígenas, São Gabriel da Cacheira. E destaca que nesse município predomina a existência de três línguas, sendo uma delas inventada pelos jesuítas no século XVI. Dessa forma, faz-se uma ponte entre a história dos índios, no período da catequese, e suas contribuições para a cultura brasileira. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 44)

Nesse capítulo além ser debatido a evangelização dos nativos pelos padres através da música e do teatro, também é descrito sobre o trabalho escravo indígena, as relações ora amigáveis, ora conflituosa entre o branco e o índio. Por conseguinte, há informações sobre os aldeamentos ou reduções como forma de coibir a escravidão das populações autóctones e a diversidade linguística dos nativos, “quando os jesuítas chegaram ao atual território brasileiro, depararam se com uma enorme variedade de línguas indígenas”. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 47)

O capítulo 8, “Açúcar e escravidão na colônia portuguesa”, da coleção *História em Movimento* menciona-se sobre atividade econômica agrícola, com a plantação da cana em grandes fazendas e produção de açúcar nos engenhos, assim como e a importância do trabalho escravo para o desenvolvimento econômico. Primeiramente na colônia portuguesa os índios foram feitos de escravos e depois, ainda no século XVI, a utilização dos negros nesse tipo de trabalho desumano. Aqui o indígena é abordado unicamente como mão de obra.

No Capítulo 9, “O avanço da colonização”, retrata a ocupação do território que hoje é o Brasil por franceses e a guerra entre França e Portugal na disputa pela baía de Guanabara. Nesse conflito as populações autóctones tiveram muita participação aliando-se aos dois países na guerra. Além desse conflito houve outros com participação dos indígenas. Os indígenas lutavam tanto apoiando os europeus, quanto lutavam contra eles e contra os colonos, agiam conforme seus interesses, demonstrando, assim, sua resistência as investidas da colonização. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 81)

No Capítulo 11 “ Os bandeirantes”, a obra retrata as incursões feitas pelo interior do Brasil, pelos colonizadores, conhecidas como entradas e bandeiras, e tais expedições tinham o intuito de buscar riquezas e apresar e escravizar os índios. As populações autóctones só são abordadas nesse capítulo a partir do bandeirantismo. Onde destaca que a captura do indígena era para mão de obra na lavoura e que os bandeirantes apropriavam da cultura dos nativos, e também aumentavam seus conhecimentos da mata, para adentrar rumo ao interior do território brasileiro. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 96)

Quanto a luta indígena no que se refere a posse de suas terras, ainda nesse mesmo capítulo é exposto a Guerra dos Bárbaros, entre 1683 e 1713. Nesse conflito que se estendeu por longos anos, os bandeirantes tinham o intuito de colonizar o interior do Nordeste, porém existia “comunidades indígenas que procuravam impedir a usurpação de suas terras”, desse modo podemos observar que a luta dos índios pelas suas terras não é contemporânea, vem desde o desenvolvimento da colônia brasileira. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 101)

No capítulo 18, “ Ouro e diamante na colônia portuguesa”, é exposto que a partir dos bandeirantes paulistas descobrirem o ouro, em 1693, muitos aventureiros saíam da sua região para regiões auríferas, e quando estavam a caminho das minas, pessoas eram atacadas pelos nativos, e eles tinham também as terras ocupadas invadidas pelos mineradores que estavam à procura do ouro. Com essas invasões eram implantados conflitos sangrentos com brutalidade e

terror que dizimavam inumeráveis indígenas. Não obstante, os europeus eram amparados por leis para usurparem as terras indígenas na exploração aurífera, que justificavam os assassinatos em massa em nome do poder econômico.

No capítulo 19, “Insatisfação na colônia portuguesa” pouco é relato a participação do indígena nesse período, pois o capítulo se atenta para falar sobre as revoltas dos colonos contra a Coroa nos séculos XVII e XVIII. No que se refere as populações autóctones são expostas como mão de obra nos engenhos do Maranhão, e em 1680, Dom Pedro proibiu a escravização do nativo e ainda definiu que os índios escravizados fossem libertos e que ganhassem um pequeno pedaço de terra. Com essas legislações impostas o descontentamento só aumentava entre os colonos o que provocou o surgimento de várias revoltas.

No manual didático “*História em Movimento*” os autores se dedicaram em valorizar os aspectos étnicos dos indígenas, tanto é que nessa coleção o volume 2 possui um capítulo para falar só dos nativos, onde são abordadas sua história e a diversidade cultural deles. Além disso, os saberes tradicionais e a participação dos nativos na formação do Brasil são destacados. No que tange a cultura e a história dos índios o livro está em consonância com a lei 11.645, que obriga os estudos desse grupo. O destaque na materialidade do mesmo é evidencia dessa assertiva.

No que se refere à luta dos povos indígenas também sinalizada pela legislação, a obra didática se distancia desse aspecto no período colonial, tanto que as guerras entre os nativos e colonizadores não são expostas no livro. Por outro lado, o manual traz um boxe “Passado e presente” com título “A luta pela terra”, que ressalta o direito dos nativos de usufruto de seus territórios, demarcados pelo governo federal. E tal direito sobre as terras foram garantidos pela Constituição Federal, na década de 80 do século XX. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2014, p. 23)

Também no capítulo 11, desse manual é exposto um exemplo da luta e da resistência dos nativos, a Guerra dos Bárbaros, entre 1683 e 1713, onde as populações autóctones lutavam pela posse das terras que moravam. A disputa da terra era entre indígenas e os bandeirantes/colonos que queriam tomá-las para adentrarem para o interior do país. Diante do exposto, a luta dos indígenas pelo monopólio de suas terras não é recente.

Oliveira destaca que o processo de colonização não acontecia sem conflitos e contestações por parte dos indígenas. Há relatos dos tupinambás terem atacado fazendas e engenhos, para reaver terras que lhes foram roubadas e os colonizadores reagiam com

expedições punitivas. Também há relatos que depois desse episódio, seis aldeias tupinambás fizeram uma armadilha a um engenho. E tantos outros conflitos foram registrados nesse período com as populações autóctones lutando por seus interesses e por suas terras. (OLIVEIRA, 2014, p. 194)

Quanto aos costumes dos povos nativos, são destacados os rituais antropofágicos que eram praticados por índios contra os prisioneiros de outras aldeias, capturados em guerra. Esses rituais são tidos como algo cultural no manual didático. Porém os europeus não enxergavam a antropofagia da mesma forma considerando uma barbaridade e falta de autocontrole. (AZEVEDO, SERIACOPI, 2013, p.24)

Esse livro dá uma maior visibilidade aos grupos considerados subalternos pela historiografia tradicional, evidenciando e apresentando as recentes narrativas históricas, através do seu texto e também das imagens. Essas narrativas não se referem ao indígena com tons de pré-julgamento nem com comparações feitas à cultura ocidental ou à cultura dos dias atuais. O manual “*História em movimento*” como o nome já diz, traz uma História que não é estática, a História perdura com as fontes, porém as narrativas e interpretações históricas mudam.

Segundo o material do Guia de História do Ensino Médio, as populações de autóctones e afro-brasileiras são abordadas de forma compartimentalizada, dividida e separada, inclusive esse livro possui um capítulo que se concentra apenas no indígena. E que para superar essa divisão é necessário a busca por “referências contemporâneas e outros procedimentos de construção do conhecimento histórico escolar”. (BRASIL, 2014, p. 61)

A coleção *História Geral e do Brasil* é composta por três volumes. Contudo, apenas o volume 2 retrata os indígenas no período da colonização, ao passo que o volume 1 menciona-os antes da chegada do europeu na América. No segundo capítulo, do volume 1, faz-se um relato dos nativos em história de migração até o continente americano, de sua diversidade cultural e dos sítios arqueológicos encontrados no Brasil, como em São Raimundo Nonato, com pinturas rupestres sinalizando o modo de vida e a cultura dos nativos.

Quanto a diversidade cultural “os grupos de caçadores-coletores estiveram presentes em quase todo o território e guardavam muitas diferenças culturais entre si”, além disso as várias tradições culturais variava conforme a região e a grupo étnico. São destacadas as tradições Humaitá, Umbu e Itacaré, no Sul do país, já no planalto Meridional foi encontrado a tradição Taquara e Sambaquis. Todas as tribos possuíam alguma diferença entre elas, no modo viver, na religiosidade e nas tradições. (VICENTINO, DORIGO, 2014, p. 47)

Já o volume 2, no segundo capítulo “A colônia portuguesa na América”, aborda o nativo em contato com o branco, na prática de escambo, que se refere a troca de mercadorias. O trabalho compulsório do índio ganha destaque, é analisado como aconteceu essa escravidão, qual foi a justificativa para essa exploração e destaca a dizimação cultural e física. Além disso, demonstra como a expulsão dos índios levou a utilização do trabalho escravo africano. (VICENTINO, DORIGO, 2014, p. 30)

Como explicação para o trabalho forçado do nativo, o livro traz a guerra justa e destaca essa palavra puxando uma nota explicativa, onde diz que a guerra, nesse caso o trabalho forçado, era imposta aos nativos que não aceitassem a catequese e os aldeamentos. Além da guerra justa, haviam os índios denominados resgatados que também eram escravizados, pois eram feitos de cativos por outros indígenas.

No capítulo 7, “ América portuguesa: expansão e diversidade econômica”, os nativos são retratados dentro das expedições para o interior, trabalhando como guias, e tais expedições eram para encontrar metais preciosos e índios. Além disso, nessas viagens eram roubadas plantações de outras populações autóctones. Esses incidentes forçavam a resistência dos nativos, que faziam emboscadas e ataques aos viajantes. O trabalho do negro e do índio é utilizado na pecuária, no Nordeste e na região da amazônica. (VICENTINO, DORIGO, 2014, p. 88)

As populações autóctones também são abordadas na expansão das bandeiras pelo Brasil, sendo capturadas. Os nativos aculturados segundo o modelo europeu para o trabalho na lavoura, tinham o valor mais alto. Durante as bandeiras o nativo era tratado como mercadoria. Ainda é retratado através de um documento que os europeus se aliavam aos nativos com casamentos e que aprendiam a viver na mata. A dizimação e a escravidão de grande parte dos índios são provocadas pelos bandeirantes. (VICENTINO, DORIGO, 2014, p. 91)

O livro apresenta um documento escrito no período colonial onde demonstra que as populações autóctones eram vistas com estranhezas pelos europeus e que eram chamados de bravos, insolentes e gentios, sempre com olhar a partir da cultura europeia e fazendo julgamentos aos nativos. No manual didático o nativo não é apresentado segundo a narrativa europeia do século XVI, fazendo juízo de valor aos índios, porém o índio é abordado com pouca participação efetivamente na colonização, sendo tratado mais como mão de obra.

O livro traz um infográfico com título “Indígenas fazendo história”, ao fundo do texto tem uma pintura de Benedito Calixto, em 1565, que descreve Estácio de Sá, que parte de São Vicente para lutar contra os franceses no Rio de Janeiro. Essa imagem vem para dialogar com

o registro escrito, ilustrando. O texto aborda os indígenas participando de confrontos apoiando os europeus e que os nativos poderiam mudar de lado, apoiar os portugueses ou os franceses, conforme as circunstâncias que se atrelassem em benefício próprio. (VICENTINO, DORIGO, 2014, p. 94,95)

Meneses destaca que a imagem por si possui significado e precisa ser analisada, de modo algum ela é vazia, e não obrigatoriamente necessita de um texto para explicá-la, entretanto algumas vezes “ [...]a imagem é reduzida imediatamente a tema e ilustração, de modo que as conclusões de análises dependem exclusivamente do que as fontes textuais já haviam postulado”. Desse modo, a fonte visual usada no texto foi meramente ilustrativa, para afirmar a ideia expressa nas palavras. (MENESES, 2012, p. 252)

No capítulo 9 “Apogeu e desagregação do sistema colonial” os nativos são mencionados durante a reforma de Pombal que extingue a escravidão indígena. Esse capítulo não se debruça em descrever muito sobre os índios, eles aqui são citados dentro do quadro político de medidas da Coroa para controlar a economia local.

A coleção didática dá maior destaque aos aspectos políticos e econômicos da época da colonização portuguesa, além de seguir uma perspectiva cronológica linear da História. O nativo nesse manual didático teve pouco espaço quando retratado no processo de colonização e em período anterior a chegada do europeu no Brasil, sendo abordado em apenas quatro capítulos.

Quando comparado com a lei nº1164 o manual atendeu as exigências, entretanto deu pouco importância aos aspectos como cultura, luta e história dos indígenas. O nativo foi retratado mas para atender a legislação e para não ser um grupo esquecido na História do Brasil. A história e a cultura dos índios são retratadas apenas no capítulo 2, do primeiro ano do Ensino médio. No volume 2 dessa coleção o nativo é abordado conforme os aspectos políticos da época, com o tema escravidão e depois da proibição desse trabalho compulsório indígena imposto pelas mudanças de Pombal, o nativo é esquecido nos últimos séculos de colonização portuguesa.

De modo geral, o livro poderia ter empenhado mais em mostrar as contribuições dos nativos na sociedade colonial. Dos três livros analisados, esse material foi o que menos deu espaço para a cultura e história dos índios, sendo abordadas em poucos capítulos. O livro coloca em destaque mais os aspectos políticos e econômicos da colonização do que os aspectos sociais.

Segundo Bittencourt, os manuais didáticos diminuíram os capítulos voltados para a História do Brasil, nos ensinos fundamental e médio. É debatido que a seleção de conteúdos e

como organizá-los não são feitos de forma solta nos livros didáticos, existe um motivo para esses conteúdos serem escolhidos, a concepção e fundamento da história ensinada e aos objetivos de identidade que pretende expressar. A autora sugere que poderia ser feito ao contrário no que se refere a organização dos conteúdos, que passasse a ter mais capítulos e textos sobre a História do Brasil. (BITTENCOURT, 2010, p. 188)

Na obra didática *História Geral e do Brasil* sobre os conteúdos apresentados os autores afirmam que “ ao fazer uma história do Brasil, é impossível trabalhar com todos os assuntos referentes a essa regionalização”. E ao decidir por qual narrativa histórica vai seguir alguns eventos e fatos considerados essenciais são privilegiados, mas “ muitos outros ficam excluídos, principalmente no que se refere aos grupos e projetos dominados, derrotados ou abandonados”. (VICENTINO, DORIGO, 2014, p. 10)

3 CONCLUSÃO

Através da historiografia e juntamente com os manuais didáticos podemos destacar que os indígenas foram essenciais no processo de colonização, quando os portugueses buscaram primeiramente a ampliação do comércio marítimo, depois a conquista do território e ao chegarem em terras americanas, puderam fazer contato com os índios na troca de mercadorias. Os nativos trabalhavam na retirada do pau-brasil e os portugueses dava-lhes em troca objetos vindos da Europa. Assim, relações foram se estabelecendo entre essas duas culturas tão opostas, e os dois grupos tiraram proveito com esse convívio, porém as relações não foram sempre amistosas.

As populações autóctones foram primordiais no processo de conquista e de colonização do território americano, tanto “na condição de aliados ou de inimigos, eles desempenharam importantes e variados papéis na construção das sociedades coloniais e pós-coloniais”. Apesar de serem já reconhecidos pela historiografia como essenciais na colonização, ainda assim possuem pouco espaço na História do Brasil e da América descritas nos livros didáticos. (ALMEIDA, 2010, p. 9)

É possível observar de modo geral nos livros estudados que imagens sobre os indígenas são presentes nos capítulos que tratam esse grupo social, em umas obras didáticas mais e em outras menos. E sempre aparece o nome do autor e de onde essa gravura foi tirada, isso contido num pequeno texto explicando quando aconteceu o evento da pintura. É notável também, que as imagens dialogam com o texto ou vêm para ilustrar a ideia já escrita.

O Guia de Livro Didático PNLD 2014 descreve que os livros aprovados devem conter imagens, e que elas precisam “ser claras e precisas, adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas” e que necessitam “retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país”. (BRASIL, 2014, p.135)

No que se refere as fontes imagéticas é necessário que os professores de História instiguem a imaginação dos alunos e promovam debates em sala para analisar as imagens expostas no livro didático, levando o aluno a pensar criticamente sobre o que está sendo abordado na imagem, em que época foi feita, quem a produziu e em qual contexto histórico foi criada, além de observarem a parte escrita do manual.

A lei nº 11645/08 sinaliza sobre a obrigatoriedade do estudo da cultura, da história e da luta dos povos indígenas, e os manuais de forma ampla atenderam a esses requisitos dessa legislação, porém o espaço dedicado a esse grupo é pequeno, sendo abordado em poucos

capítulos nos materiais didáticos e também os índios são tratados de forma relativamente simplista. Nos aspectos de luta e resistência indígena no período colonial pouco foi retratado nos livros analisados.

Diante do exposto entende-se que os nativos são tratados nos livros, mais para atender as exigências da lei do que para mostrar de fato como essa população contribuiu para a formação da sociedade brasileira. Destacando que apesar dos nativos serem mostrados desde antes da vinda dos europeus para a América, eles são expostos durante a colonização portuguesa subordinados a atuação dos colonizadores, ocupando assim um papel secundário na História do Brasil.

Outro ponto observado foi que as populações autóctones, nos manuais são abordadas no período colonial, porém perdem espaço nos anos finais da colonização, quando é substituída a mão de obra indígena pela africana. Assim nas décadas que antecede o período imperial no Brasil os nativos não são elencados nos livros didáticos, dessa forma entendemos que eles são analisados pelas contribuições e atuações na área econômica da colônia, sendo esquecidos na participação, na área social, da construção da sociedade brasileira.

Segundo Bergamaschi a lei nº 11645/08 ajuda a sociedade brasileira a aprender com os povos indígenas e essa legislação demonstra que não somos completos sem valorizar e entender a História indígena, como sendo a nossa história, a história da nossa ancestralidade. Compreender que a temática indígena é importante em sala de aula para desconstruir a ideia de que são povos alheios a nós, e que a história deles ficou no passado torna-se imprescindível, visto que são importantes para a formação do povo brasileiro. (BERGAMASCHI, 2010, 164)

Cavalheiro reforça a ideia de dar voz as populações indígenas no que diz respeito ao que os manuais didáticos dizem sobre elas e destaca a importância da busca por outras bibliografias complementares, considerando o livro didático como um ponto de partida, inclusive para ser questionado, mais do que reproduzido simplesmente. Dessa forma o professor de história, poderá abordar satisfatoriamente essa temática em sala de aula, e como consequência terá um estudo mais coerente sobre o assunto. (CAVALHEIRO, 2012, p.12)

Fonseca também considera que é necessário usar formas alternativas, como textos complementares, além do livro de história, e cabe repensar as formas de uso desse livro em sala de aula, e não o usar como única fonte de conhecimento e um único livro. Com essa metodologia os alunos entenderão que o livro é um material possível de se levantar questionamentos, que a história não pode ser vista como narrativas imutáveis e é preciso destacar a existência de várias fontes historiográficas. (FONSECA, 2006, p. 55)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Índios os “escravos da terra”. In: _____. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, v. 1, 2000, p. 117- 154.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de, Introdução. In: _____. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 9 – 11.

AZEVEDO, Cecília; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Identidades Plurais. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (org.). **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, v. 1. 2003, p.25-26.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014. V. 1

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História em Movimento**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014. V. 2

BITTENCOURT, Circe Maria. Identidade Nacional e ensino de História do Brasil. In: KARNAL, Leandro (org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 185- 204.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos indígenas e ensino de História: a lei nº 11.645 como caminho para a interculturalidade. In: BARROSO, Véra Lucia Maciel et al. **Ensino de História: desafios contemporâneos**. Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/ RS, 2010, p. 151- 166.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In: BITTENCOURT, Circe (org.) **O saber histórico na sala de aula**. 11ª ed. 2ª- reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

BRASIL, **Decreto N° 9.099**, DE 18 DE JULHO DE 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9099-18-julho-2017-785224-publicacaooriginal-153392-pe.html>. Acessado em: 06 de novembro de 2019.

BRASIL, **Guia de livros didáticos: PNLD 2015: História: ensino médio**. -Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/guia-do-livro-didatico/item/5940-guia-pnld-2015>. Acesso em: 19 de setembro de 2019.

BRASIL, **Lei N° 11.645**, DE 10 MARÇO DE 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm. Acesso em: 08 de fevereiro, 2018.

BRASIL, **Lei N° 10.639**, DE 9 DE JANEIRO DE 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acessado em: 06 de novembro de 2019.

BRASIL, Lei Nº 9.394, 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm . Acessado em : 06 de novembro de 2019.

CAVALHEIRO, Rosa Maria. **A temática indígena no livro didático**. 2012. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/730-4.pdf>. Acessado em: 07 de novembro de 2019.

EDITORA ÁTICA E SCIPIONE. Disponível em: <https://www.aticascipione.com.br/quem-somos/>, Acessado em: dia 18 de abril de 2019.

EDITORA SARAIVA. Disponível em: <https://educacaobasica.editorasaraiva.com.br/quem-somos/> . Acessado em: 07 de outubro de 2019.

FONSECA, Selma Guimarães. Livros didáticos e paradidáticos de História. In: _____. **Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas: Papyrus, 2003, p. 49-57.

FRAZÃO, Érika Elizabeth Vieira; RALEJO, Adriana Soares. **Narrativas do “outro” nos livros didáticos de História**. Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio–Ofício de historiador: ensino & pesquisa. Rio de Janeiro: Anpuh, 2012.

GRUPO SOMOS EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.somoseducacao.com.br/atica/> , Acessado em: 07 de outubro de 2019.

KARNAL, Leandro. Introdução. In: _____. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 6ª edição. São Paulo: Contexto, 2010, p.7- 14.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. História e imagem: iconografia/iconologia e além. In: CARDOSO, Ciro Flamario; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 243-262.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PNLD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acessado em: 09 de outubro de 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, PROGRAMAS DO LIVRO. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/legislacao/item/9787-sobre-os-programas-do-livro> Acessado em: 08 de outubro de 2019.

OLIVEIRA, João Pacheco. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. In: FRAGOSO, João. **O Brasil colonial**. V. 1. ed. 1. Rio de Janeiro: Afiliada, 2014. p. 187- 228.

REIS, Elisângela Alves; BARBOSA, Rosimari Bueno; RODRIGUES, Elaine Orientadora. **A representação do índio no livro didático**.

SILVA, Phábio Rocha da. **A (in) visibilidade indígena no livro didático de História do Ensino Médio**. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: saberes e práticas científicas.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500- 1808)**. Editora: Objetiva. Rio de Janeiro, 2000.

VAINFAS, Ronaldo, et al. **História**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. V. 1.

VAINFAS, Ronaldo, et al. **História**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2013. V. 2.

VICETINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2014. V. 1.

VICETINO, Cláudio; DORIGO, Gianpaolo. **História Geral e do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Scipione, 2014. V. 2.

ZAMBONI, Ernesta. **Representações e Linguagens no Ensino de História**. Revista Brasileira de História, vol.18, n.36, São Paulo, 1998.